

COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DA SEGURANÇA DAS PLATAFORMAS DA PETROBRÁS E DO ACIDENTE DA P-36

RELATÓRIO-SUMÁRIO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA COMISSÃO

RELATÓRIO E RECOMENDAÇÕES DO ACIDENTE DA P-36

Em cumprimento ao ato da mesa da Câmara dos Deputados de 15 de março de 2001, que criou a Comissão Externa para Investigar a Segurança das Plataformas da Petrobrás e o acidente da P-36, Presidida pelo Deputado Federal Luis Antonio Fleury, apresento este **RELATÓRIO**, das atividades realizadas pela Comissão Externa, com **ênfase a fase de investigação dos fatos relacionados com o acidente da Plataforma P-36**, visando que as atividades da comissão possam se dedicar aos demais temas de seus objetivos, e que fatos já constatados pela comissão possuam previamente indicação de soluções ou aprofundamento do processo de avaliação ou investigação.

Atividades Desenvolvidas pela Comissão

DATA	EVENTO
15/03/01	ACIDENTE NA PLATAFORMA P-36. IDA A MACAÉ E REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA PETROBRÁS.
20/03/01	AFUNDAMENTO DA PLATAFORMA P-36 IDA A MACAÉ E REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA PETROBRÁS.
21/03/01	Audiência com representantes da comunidade científica e

	sociedade civil – RJ
22/03/01	Reunião com a diretoria da Petrobrás no Rio de Janeiro
27/03/01	Audiência Pública em Brasília: José Jorge, Ministro de Minas e Energia; Henri Phillippe Reichstul, Presidente da Petrobrás; Fernando Carvalho, Presidente do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense Fernando Leite Siqueira, Presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás
28/03/01	Reunião Ordinária em Brasília.
03/04/01	Audiência Pública em Brasília: David Zylberstajn, diretor da Agência Nacional de Petróleo
05/04/01	Reunião no Rio de Janeiro: Representantes dos seguintes Sindicatos: Sindicato dos Mergulhadores; Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense; Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante; Superintendente da Bacia de Campos; Superintendente da Unidade Rio; Coordenador da Plataforma P-36. Reunião com a Diretoria da Petrobrás
10/04/01	Reunião Ordinária em Brasília
17/04/01	Audiência Pública em Brasília: Joel Rennó, Ex-Presidente da Petrobrás; German Efromovich, Presidente da Marítima Engenharia; Luiz Carlos Delben Leite, Presidente da Abimaq
19/04/01	Reunião de Audiência Pública em Macaé: Familiares das vítimas; trabalhadores da P-36; Paulo Viana, Coordenador da Plataforma P-36; Hélio Galvão de Menezes, Coordenador da Plataforma P-36; Claronildo de Covas Santos, Gerente de Operações de terra; Carlos Eduardo Bellot, Superintendente da Bacia de Campos.
24/04/01	Reunião de Audiência Pública
10/05/01	Os deputados Miriam Reid e Paulo Feijó visitam a Polícia Civil de Macaé.
19/05/01	Reunião Ordinária em Brasília
31/05/01	Audiência Pública no Rio de Janeiro: Carlos Eduardo Bellot, Superintendente da Bacia de Campos; Léo Zimmermann, Gerente de Informática; Mergulhadores da Stolt Offshore e da Oceânica Serviços Técnicos Submarinos que trabalharam na tentativa de resgate da P-36.
07/06/01	Reunião com a Diretoria da Petrobrás no Rio de Janeiro
12 e 13/06/01	Deputados Luciano Zica e Luiz Sergio visitam a sede da

	Petrobrás para verificar as plantas da P-36
02/07/01	Reunião no Rio de Janeiro/Sede de Sindicatos: Ricardo Maurício Bezerra da Silva, funcionário da P-37; Silvio Marcio Avelino Sarmento, funcionário da P-37; Mergulhadores da Stolt Offshore e Oceânica Serviços Técnicos Submarinos que trabalharam na tentativa de resgate da P-36.
03/07/01	Reunião com a Comissão de Sindicância da Petrobrás, no Rio de Janeiro, para apresentação do seu relatório.
04/07/01	Visita a plataforma P-37, na Bacia de Campos

-Em **agosto/2001** este relatório foi entregue a Comissão e divulgado para sua discussão prévia, para recebimento de observações e alterações, resultando no presente relatório consolidado.

1. Ofícios Expedidos¹

1) Ofício C.Ex 101/01, de 30 de Março de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. DAVID ZYLBERSZTAJN - Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo

Assunto: Designação dos deputados Candinho Mattos, Dr. Heleno, Mirian Reid e Vivaldo Barbosa para acompanhar e colher subsídios da investigação promovida por esta Agência Nacional de Petróleo e pela Marinha do Brasil;

2) Ofício C.Ex 102/01, de 30 de Março de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. HENRY PHILIPPE REICHSTUL
Presidente da Petróleo Brasileiro S.A.

Assunto: Designação dos deputados Fernando Gabeira, Paulo Feijó e Jandira Feghali para acompanhar e colher subsídios da investigação promovida pela Companhia Petróleo Brasileiro S.A. sobre o acidente na Plataforma P-36;

¹ Alguns ofícios não foram incluídos na listagem pois são relativos a providências internas na Câmara dos Deputados.

3) Ofício C.Ex 105/01, de 30 de março de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. HENRY PHILIPPE REICHSTUL

Presidente da Petróleo Brasileiro S.A.

Assunto: Solicitação de oitiva dos funcionários **Carlos Eduardo Sandemberg Bellot**, Superintendente da Bacia de Campos, **Carlos Tadeu da Costa Fraga**, Supervisor da Unidade Rio e **Paulo Viana**, Coordenador da Plataforma P-36, pela Comissão, no dia 5 de abril de 2001;

4) Ofício C.Ex 106/01, de 30 de março de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. SEVERINO ALMEIDA FILHO – Presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante

Assunto: Convite para participação da audiência da Comissão na Sede da Petrobrás, no dia 5 de abril de 2001;

5) Ofício C.Ex 107/01, de 30 de março de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. EDNEY SANTOS DE JESUS

Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Atividades Subaquáticas e Afins.

Assunto: Convite para participação Da audiência da Comissão na Sede da Petrobrás, no dia 5 de abril de 2001;

6) Ofício C.Ex 108/01, de 30 de março de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. FERNANDO CARVALHO

Diretor do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense

Assunto: Convite para participação Da audiência da Comissão na Sede da Petrobrás, no 5 de abril de 2001;

7) Ofício C.Ex 109/01, de 30 de março de 2001

Destinatário: : Ilmo. Sr. JOEL RENNÓ

Assunto: Convite para participar de Audiência Pública da Comissão, no dia 17 de abril de 2001;

8) Ofício C.Ex 110/01, de 11 de abril de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. GERMAN EFROMOVICH

Diretor-Presidente da Marítima Petróleo e Engenharia Ltda

Assunto: Convite para Audiência Pública da Comissão, no dia 24 de abril de 2001;

9) Ofício C.Ex 113/01, de 04 de abril de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. ANTÔNIO CARLOS

Delegado Titular da 23ª Delegacia de Polícia Civil de Macaé

Assunto: designação os deputados Mirian Reid e Paulo Feijó para acompanhar e colher subsídios da investigação promovida pela Delegacia de Polícia Civil;

10) Ofício C.Ex 114/01, de 11 de abril de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. Luiz Carlos Delben Leite – Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos/ABIMAQ

Assunto: Convite para comparecimento em Audiência Pública da Comissão, no dia 24 de abril de 2001;

11) Ofício C.Ex115/01, 11 de abril de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. JOEL RENNÓ

Assunto: Convite para Audiência Pública da Comissão, no dia 24 de abril DE 2001;

12) Ofício C.Ex 117/01, de 17 de abril de 2001

Destinatário: Exmo. Sr. Vereador PAUO ROBERTO PAES DE OLIVEIRA

Assunto: Solicitação de autorização para realização de reunião de Audiência Pública no Plenário da Câmara de Vereadores, no dia 19 de abril de 2001;

13) Ofício C.Ex 118/01, 17 de abril de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. DAVID ZYLBERSZTAJN - Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo

Assunto: Solicitação de informações;

14) Ofício C.Ex 119/01, de 17 de Abril de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. HENRY PHILIPPE REICHSTUL - Presidente da Petróleo Brasileiro S.A.

Assunto: Solicitação de informações;

15) Ofício C.Ex 120/01, de 17 de abril de 2001

Destinatário: Exma. Sra. LIV KERR
Embaixadora do Reino da Noruega

Assunto: Solicitação de encaminhamento da legislação norueguesa – códigos – relativa às normas técnicas de estabilidade e de reparo de avarias em plataformas petrolíferas;

16) Ofício C.Ex 123/01, de 17 de abril de 2001

Destinatário: HENRY PHILIPPE REICHSTUL - Presidente da Petróleo Brasileiro S.A.

Assunto: Solicitação de relação dos funcionários embarcados na Plataforma P-36, nos dias 14 e 15 de março de 2001;

17) Ofício C.Ex 124/01, de 17 de abril de 2001

Destinatário: HENRY PHILIPPE REICHSTUL - Presidente da Petróleo Brasileiro S.A.

Assunto: Solicitação de oitiva dos funcionários **Carlos Eduardo Sandemberg Bellot**, Superintendente da Bacia de Campos, **Hélio Galvão de Menezes e Paulo Viana**, Coordenadores da Plataforma P-36, **Claronildo de Covas Santos**, Gerente de Operações de Terra, no dia 19 de abril de 2001, na Câmara Municipal de Macaé ;

18) Ofício C.Ex 125/01, de 17 de abril de 2001

Destinatário: Exma. Sra. Deputada ANA CATARINA ALVES – Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias

Assunto: Convite à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias para a Audiência Pública, do dia 24 de abril de 2001;

19) Ofício C.Ex 126/01, de 17 de abril de 2001

Destinatário: Exmo. Sr. Deputado ANTÔNIO CAMBRAIA – Presidente da Comissão de Minas e Energia

Assunto: Convite à Comissão de Minas e Energia para Audiência Pública, no dia 24 de abril de 2001;

20) Ofício C.Ex 127/01, de 19 de abril de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. Luiz Paulo Assunção – Diretor Administrativo da Oceânica Serviços Técnicos Submarinos Ltda.

Assunto: Solicitação de relação nominal dos funcionários que participaram do resgate da Plataforma P-36;

21) Ofício C.Ex 131/01, de 28 de maio de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. JOSÉ FIGUEIREDO – Gerente de Mergulho da Stolt Offshore

Assunto: Convite para os Srs. Paulo Eduardo Amaral Silva, Edson Alves de Melo e José Roberto Rodrigues de Castro participarem de audiência que a Comissão promoverá na Sede da Petrobrás, no dia 31 de maio de 2001;

22) Ofício C.Ex 132/01, de 28 de maio de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. LUIZ PAULO ASSUNÇÃO – Diretor da Oceânica Serviços Técnicos Submarinos Ltda;

Assunto: Convite para os Srs. Ivan Lemos Barbosa, Aloysio Boechat Leal, Jarves Moreira Júnior, Magno Vieira Leão, Carlos Alberto Ramos de Souza, Claudomiro Neves do Nascimento, Zenóbio Silva Pereira Júnior e André Melo Viana para audiência da Comissão na Sede da Petrobrás, no dia 31 de maio de 2001;

23) Ofício C.Ex 133/01, de 20 de maio de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. LUIZ PAULO ASSUNÇÃO – Diretor da Oceânica Serviços Técnicos Submarinos Ltda.

Assunto: solicito oitiva dos funcionários **Carlos Eduardo Sandemberg Bellot**, Superintendente da Bacia de Campos, **Carlos Tadeu da Costa Fraga**, gerente-geral da área de exploração sul/sudeste, **Léo Fernando Zimmermann**, Gerente de Informática, **Ricardo Maurício Bezerra da Silva e Silvio Marcio Avelino Sarmiento**, por esta Comissão, no dia 25 de maio de 2001;

24) Ofício C.Ex 134/01, de 24 de maio de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. HENRY PHILIPPE REICHSTUL
Presidente da Petróleo Brasileiro S.A.

Assunto: Adiamiento de audiência – de 25 para 31 de maio de 2001;

25) Ofício C.Ex 136/01, de 31 de maio de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. Engenheiro LUIZ PAULO ASSUNÇÃO
Diretor da Oceânica Serviços Técnicos Submarinos Ltda.

Assunto: Convite para os Srs. **Ivan Lemos Barbosa, Aloysio Boechat Leal, Jarves Moreira Junior, Magno Vieira Leão, Carlos Alberto Ramos de Souza, Claudomiro Neves do Nascimento, Zenóbio Silva Pereira Júnior e André Melo Viana** participarem da audiência da Comissão, na Sede do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante, no dia 7 de junho de 2001;

26) Ofício C.Ex 137/01, de 31 de maio de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. JOSÉ FIGUEIREDO – Gerente de Mergulho da Stolt Offshore S.A .

Assunto: Convite para os Srs. Edson Alves de Melo e José Roberto Rodrigues de Castro participarem de audiência que esta Comissão promoverá na Sede do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante, no dia 7 de junho de 2001;

27) Ofício C.Ex 138/01, de 31 de maio de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. HENRY PHILIPPE REICHSTUL -
Presidente da Petróleo Brasileiro S.A.

Assunto: Solicitação de oitiva dos funcionários **Ricardo Maurício Bezerra da Silva e Silvio Marcio Avelino Sarmento**, por esta Comissão, no dia 07

de junho de 2001, no Sindicato Nacional dos
Oficiais da Marinha Mercante;

28) Ofício C.Ex 139/01, de 06 de junho de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. HENRY PHILIPPE REICHSTUL -
Presidente da Petróleo Brasileiro S.A.

Assunto: Adiamento de audiência - do dia 05 de maio, para o
dia 21 de junho de 2001;

29) Ofício C.Ex 140/01, de 06 de junho de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. JOSÉ FIGUEIREDO – Gerente de Mergulho
da Stolt Offshore S.A.

Assunto: Adiamento de audiência - do dia 05 de maio, para o
dia 21 de junho de 2001;

30) Ofício C.Ex 141/01, de 06 de junho de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. LUIZ PAULO ASSUNÇÃO – Diretor
Administrativo da Oceânica Serviços Técnicos
Submarinos Ltda.

Assunto: Adiamento de audiência - do dia 05 de maio, para o
dia 21 de junho de 2001;

31) Ofício C.Ex 142/01, de 07 de junho de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. HENRY PHILIPPE REICHSTUL -
Presidente da Petróleo Brasileiro S.A.

Assunto: Designação dos deputados **Luciano Zica** e **Luiz Sergio** pela Comissão para examinar as plantas, desenhos e outros que tenham da plataforma P-36 e demais plataformas da área;

32) Ofício C.Ex 144/01, de 18 de junho de 2001

Destinatário: Exmo. Sr. PAULO RAMOS - Presidente da Comissão
Parlamentar de Inquérito para apurar as causas do
acidente da plataforma P-36

Assunto: Encaminhamento de cópia em vídeo das audiências públicas solicitadas no ofício CPI nº 010/2001, bem como cópia dos documentos entregues pelos depoentes nas audiências;

33) Ofício C.Ex 145/01, de 19 de junho de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. HENRY PHILIPPE REICHSTUL – Presidente da Petróleo Brasileiro S.A.

Assunto: Comunicação de suspensão das audiências previstas para a semana na cidade do Rio de Janeiro;

34) Ofício C.Ex 146/01, de 19 de junho de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. JOSÉ FIGUEIREDO – Gerente de Mergulho da Stolt Offshores S.A.

Assunto: Comunicação de suspensão das audiências previstas para a semana na cidade do Rio de Janeiro;

35) Ofício C.Ex 147/01, de 19 de junho de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. LUIZ PAULO ASSUNÇÃO – Diretor Administrativo da Oceânica Serviços Submarinos Ltda

Assunto: Comunicação de suspensão das audiências previstas para a semana na cidade do Rio de Janeiro;

36) Ofício C.Ex 151/01, de 20 de junho de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. HENRY PHILIPPE REICHSTUL – Presidente da Petróleo Brasileiro S.A.

Assunto: Informa a realização de diligências na cidade do Rio de Janeiro, na primeira semana de julho de 2001;

37) Ofício C.Ex 152/01, de 27 de junho de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. LUIZ PAULO ASSUNÇÃO – Diretor Administrativo da Oceânica Serviços Técnicos Submarinos Ltda.

Assunto: Convite para Srs. **Ivan Lemos Barbosa, Aloysio Boechat Leal, Jarves Moreira Junior, Magno Vieira Leão, Carlos Alberto Ramos de Souza, Claudomiro Neves do Nascimento, Zenóbio Silva Pereira Júnior e André Melo Viana** participarem de audiência da Comissão, na Sede do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante, no próximo dia 2 de julho de 2001;

38) Ofício C.Ex 153/01, de 27 de junho de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. JOSÉ FIGUEIREDO – Gerente de Mergulho da Stolt Offshores S.A.

Assunto: Convite para Srs. **Ivan Lemos Barbosa, Aloysio Boechat Leal, Jarves Moreira Junior, Magno Vieira Leão, Carlos Alberto Ramos de Souza, Claudomiro Neves do Nascimento, Zenóbio Silva Pereira Júnior e André Melo Viana** participarem de audiência da Comissão, na Sede do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante, no próximo dia 2 de julho de 2001;

39) Ofício C.Ex 154/01, de 27 de julho de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. HENRY PHILIPPE REICHSTUL – Presidente da Petróleo Brasileiro S.A.

Assunto: Solicitação de oitiva dos funcionários **Ricardo Maurício Bezerra da Silva, Silvio Marcio Avelino Sarmiento, Léo Fernando Zimmermann**, Gerente de Informática e **Carlos Tadeu da Costa Fraga**, Gerente-Geral da área de exploração sul/sudeste, por esta Comissão no dia 2 de julho de 2001, no

Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha
Mercante;

40) Ofício C.Ex 157/01, de 01 de agosto de 2001

Destinatário: Ilmo. Sr. DAVID ZYLBERSZTAJN - Diretor-Geral da
Agência Nacional de Petróleo

Assunto: Solicita cópia do relatório final da Comissão de
Investigação conjunta ANP / Marinha do Brasil,
sobre o acidente da plataforma P-36 da Petrobrás.

Além dos ofícios expedidos foram solicitados inúmeros documentos e informações através de pedidos verbais durante as audiências, constando a documentação do arquivo técnico da Comissão .

2. Documentação e correspondências recebidas

A Comissão dispõe, até a presente data, para subsidiar os seus trabalhos, dos seguintes documentos e correspondências:

01) cópia das notas taquigráficas da Audiência Pública, realizada pela Comissão de Minas e Energia, em 2 de dezembro de 1999, com os Srs. João Luis A. Phillips, representante da Schain Engenharia e Comércio Ltda., German Efromovich, representante da Marítima Petróleo e Engenharia Ltda. e Joel Rennó, ex-presidente da PETROBRAS;

02) cópia do “Dossiê do Acidente Enchova-84, PETROBRAS”, elaborado durante a Primeira Jornada de Saúde do Trabalhador, de 25 a 29 de novembro de 1996, encaminhado pelo Sindicato dos Trabalhadores na indústria do petróleo do Estado do Rio de Janeiro – SINDIPETRO/RJ;

03) cópia de documentos, encaminhados pelo SINDIPETRO/RJ, relativos a acidente no Terminal da Baía de Ilha Grande – TEBIG, ocorrido em 7 de setembro de 1998;

04) cópia de correspondências expedidas pela Associação de Engenheiros da PETROBRAS – AEPET, no período de agosto de 1998 a agosto de 2000, para a Presidência da PETROBRAS, para a Presidência da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para o Ministério Público e para a Presidência da Agência Nacional – ANP;

05) cópia da apresentação, feita no Senado Federal, em 27 de março de 2001, pelo Presidente da PETROBRAS;

06) conjunto de documentos, enviados pelo SINDIPETRO/RJ, em 26 de março de 2001, constituído por cópias de cartas e memorandos expedidos, ou recebidos, pelo SINDIPETRO/RJ, sobre as relações da PETROBRAS com a Empresa Marítima Petróleo e Engenharia Ltda., cópia das notas taquigráficas da Audiência Pública realizada pela Comissão de Minas e Energia, em 8 de dezembro de 1999, com os Srs. Henri Philippe Reichstul, Presidente da Petrobrás, José Coutinho Barbosa, Diretor de Exploração e produção da Petrobrás, e Ruy Berford Dias, Superintendente Jurídico da Petrobrás, cópias de recortes de jornal e de informativos do SINDIPETRO/RJ sobre as relações da Empresa Marítima Petróleo e Engenharia Ltda. com a Petrobrás;

07) cópia das notas taquigráficas da Audiência Pública, realizada, em conjunto, pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e pela Comissão de Minas e Energia, em 27 de março de 2001, com os Srs. Henri Philippe Reichstul, Presidente da PETROBRÁS, Fernando Leite Siqueira, Presidente da Associação de Engenheiros da PETROBRAS – AEPET, e Fernando Carvalho, Coordenador do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense;

08) cópia das notas taquigráficas da Audiência Pública, realizada, em conjunto, pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente, e Minorias e pela Comissão de Minas e Energia, em 3 de abril de 2001, com o Sr. David Zylberzstain, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo e cópia de sinopse da TV Câmara, desta mesma Audiência Pública;

09) cópia das notas taquigráficas da Audiência Pública, realizada na cidade de Macaé/RJ, em 19 de abril de 2001, com os familiares dos trabalhadores mortos no acidente com a P-36, com trabalhadores da Plataforma P-36 e com os Srs. Paulo Viana, Coordenador da Plataforma P-36, Hélio Galvão, Menezes, Coordenador da Plataforma P-36, Cloronildo de Cabo Santos, Gerente de Operações de Terra e Carlos Sandemberg Bellot, Superintendente da Bacia de Campos;

10) cópia de conjunto de documentos – composto por Relatório da PETROBRÁS, de setembro de 1999, apresentando uma síntese de fatos e resultados relativos ao período de 1992 a março de 1999, reproduções de transparências utilizadas pela presidência da Marítima, em sua exposição, dados relativos à produção de plataformas da PETROBRÁS e cópia de carta da Presidência da ABIMAQ para o Senador Eduardo Suplicy –, recebido pela

Mesa desta Comissão Especial, durante Audiência Pública, realizada em 24 de abril com os Srs. Srs. German Efromovich, Diretor-Presidente da Marítima, Luiz Carlos Delben Leite, Presidente da Associação Brasileira da Indústria e Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ, e Joel Mendes Rennó, ex-presidente da PETROBRÁS;

11) conjunto de documentos, encaminhado pela Agência Nacional do Petróleo, em atendimento ao Ofício C.Ex. 120/01, de 17 de abril de 2001, da Presidência desta Comissão, por meio do Ofício nº 086/DG, composto pelo “Anexo A – Respostas aos Quesitos Formulados” e pelo “Anexo B – Documentos solicitados pela Comissão”

12) conjunto de normas relativas à estabilidade de plataformas e à segurança de atividades petrolíferas, composto por “The Norwegian Maritime Directorate’s Regulations for mobile offshore units”, “Regulations relating to load bearing structures in petroleum activities”, com anexos e aditamentos, e “Regulations relating safety in the petroleum activities”, encaminhado pela Embaixada Real da Noruega, em Brasília, em resposta a Ofício C.Ex. 120/01, de 17 de abril de 2001, da Presidência desta Comissão;

13) cópias de transparências utilizadas pela DNV Managing Risk, em coletiva para imprensa, no Rio de Janeiro, em 23 de abril de 2001;

14) cópia de trabalho do Engenheiro de Petróleo e de Segurança no Trabalho Jorge Eduardo Costa do Nascimento sobre “Pirâmide de Acidentes – Engenharia de Prevenção de Perdas – Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes”;

15) cópia de Boletins de Produção do Campo de Roncador e cópia de mensagem do Comandante do NT Maruim sobre questões de segurança a bordo, em razão de problemas com recursos humanos;

16) cópia do Relatório Preliminar, de 23 de abril de 2001, da Comissão de Sindicância do Acidente da P-36;

17) cópia do relatório da Comissão de Sindicância da Petrobrás, da exposição feita na audiência para a Comissão Externa e dos filmes e vídeos disponíveis na Comissão de Sindicância;

18) cópia da exposição de operação da P-37, plantas dos pontos de chegada dos dutos na costa (ponto A);

19) cópia do relatório da ANP/Marinha do Brasil;

20) cópia da documentação complementar da comissão de sindicância do acidente da P-36.

3. Próximas Atividades da Comissão

A comissão, após análise, debate, alteração e votação deste relatório prévio, deverá iniciar uma fase de investigação ampla das atividades na bacia de campos, visando aprimorar sua capacidade de conhecimento e investigação de todo processo produtivo da Petrobrás na área, com ênfase aos seus aspectos de segurança, operação, relações de trabalho, oportunidade, legislação, meio ambiente, entre outros.

4. Recomendações e análise prévia, com ênfase ao acidente da Plataforma P-36

Deve ser observado a atenção recebida pela comissão de toda equipe da Petrobrás e dos funcionários que participaram de depoimentos e apresentações, o que permitiu a presente análise, independente das indicações que determinam a necessidade de ações complementares e/ou atividades e procedimentos não realizados.

Em relação as causas do acidente, com a magnitude do acontecido com a plataforma P-36, não é possível identificar apenas uma causa ou responsável, e sim a somatória de equívocos, atos falhos ou fortuitos, e consequências de políticas equivocadas, tanto da Petrobrás como dos órgãos de controle e fiscalização.

As informações técnicas, depoimentos e relatórios de comissões de sindicância e de comissões externas foram analisados por esta Comissão Externa, permitindo o amplo debate do tema e uma sistematização de eventos, que não são descritos neste relatório, por serem de conteúdo estritamente técnico e que constam na documentação da comissão.

Na compreensão destes eventos, é lamentável até o momento não existir um relatório final, único, consolidado, assinado por todas as partes envolvidas, que indiquem os pontos de concordância e as eventuais divergências em relação as questões técnicas e operacionais que levaram a esta tragédia.

Em relação as atividades desenvolvidas pela comissão, considerando-se as informações, depoimentos, documentos recebidos e o cruzamento de todos estes dados com o sentimento da Comissão, destaca-se os seguintes fatos e recomenda-se de maneira prévia:

A-) A análise do acidente como um evento completo, desde as suas causas até a perda total de um ativo relevante da Petrobrás e do país, continua fragmentada, com ações isoladas dos entes envolvidos, em especial a Petrobrás, a ANP – Agência Nacional de Petróleo, Marinha do Brasil, IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, com evidências da falta de capacidade operacional e da clara competência dos principais envolvidos, tanto empresa como órgãos públicos, devendo com a máxima urgência:

A.1-) A Petrobrás complementar sua sindicância interna, com os trabalhos que avaliaram o acidente detalhadamente até o momento da evacuação dos trabalhadores se estender com o mesmo grau de detalhamento e atenção até o momento da perda efetiva da Plataforma, ou seja, o seu aprofundamento, avaliando e investigando :

- Medidas adotadas;
- Oportunidades e opções existentes;
- Oportunidade e efetividade das decisões
- Desempenho dos envolvidos;
- Projeto sua execução e sua relação com a perda da plataforma;
- Esforço para resgate dos corpos das vítimas;
- Uso das tecnologias disponíveis;
- Processo de integração com as autoridades e entes públicos;
- Outros aspectos relevantes que completem a análise do acidente.

A.2-) A ANP apresentar relatório e investigação do seu desempenho no acidente, com :

- Análise das condições de geração das plataformas, feita in loco, e não apenas por meio do exame dos certificados e documentos fornecidos por órgãos internacionais, como ocorreu em relação à P-36;
- Aplicação correta das normas em vigor, licenciamento, fiscalização e controle dos equipamentos e sua operação;
- Participação efetiva no acidente dentro de sua competência legal;
- Disponibilidade própria de equipe, mobilização, informação, tecnologia e capacidade de resposta ao acidente;

- Relação das metas estabelecidas para Petrobrás em relação a demais companhias, sua influencia na capacidade operacional e na segurança do sistema;
- Avaliação e aprovação do Plano de Contingência Local e do Plano de Contingência Regional;
 - Também em relação a ANP a comissão da ênfase de que a

mesma deve cumprir de maneira mais eficiente seu papel fiscalizador da atividade petroleira, dando conhecimento a comunidade desta atividade, em especial as entidades e organismos representativos da sociedade.

A.3-) Da Marinha do Brasil investigar e concluir sobre :

- Sua capacidade operacional para enfrentar acidentes de grandes proporções;
- A responsabilidade e jurisdição sobre poluição e meio ambiente em ZEE – Zona Econômica Exclusiva, frente a Convenção do Mar e legislação em vigor, bem como sua relação institucional com os demais órgãos diretamente envolvidos nesta área;
- Sua responsabilidade e ação para resgate direto de vidas no processo de evacuação e tentativa de salvamento de feridos ;
- Sua responsabilidade e ação para resgate direto de corpos;
- Sua capacidade de fiscalização e controle das atividades marítimas na região, incluindo tráfego comercial e não comercial, atividade pesqueira, contingências ambientais, etc;
- Sua responsabilidade no sentido de analisar as condições operacionais das plataformas, concedendo-lhes (ou não) autorização de funcionamento, baseando-se na análise efetiva dos equipamentos, e não apenas examinando documentos fornecidos por órgãos internacionais, como ocorreu em relação à P-36.

A-4-) Do IBAMA investigar e concluir :

- Sua efetiva jurisdição e responsabilidade em águas territoriais brasileiras, zona de influencia, ZEE e plataforma continental, com a devida emissão de norma ou protocolo com os demais órgãos envolvidos sobre o tema;

- Processo de licenciamento, capacidade própria de avaliação e agilidade no controle, fiscalização, monitoramento e resposta as necessidades de rapidez e eficiência do setor;
- Sua participação efetiva no acidente, orientação e determinações, resultados obtidos e capacidade de organizar o processo de implementação das atividades de contingência;
- Responsabilidade pela demora de decisões e/ou decisões desencontradas;
- Capacidade operacional para fiscalização, controle e monitoramento;

A.5-) Da Petrobrás e Instituições citadas gerarem relatório conjunto comparativo de suas análises, investigações e divergências, com indicativo dos pontos que podem convergir em função da sinergia de informações, fatos e das claras discrepâncias e suas razões. Nesta análise conjunta destacar que a responsabilidade de uma empresa atuar diretamente em uma emergência não exime a obrigação e responsabilidade do poder público em atuar diretamente na coordenação e operação de ações de sua competência, em especial de assumir decisões de interesse público ou que podem afetar a sociedade ou vidas humanas.

B-) Em relação aos trabalhadores, próprios ou contratados, ficou evidente tratamento diferenciado, que não traduz o sentimento social que se espera de uma empresa, especialmente sendo pública, mesmo considerando que varias medidas foram adotadas para sanar algumas destas distorções e a abertura no processo de dialogo e participação dos representantes dos trabalhadores em todas as fases do processo dos trabalhos da Comissão Externa e da Comissão de Sindicância da Petrobrás. Entre os inúmeros aspectos a serem propostos no relatório final, que levará em consideração o processo como um todo e não somente o acidente com a Plataforma P-36, a Petrobrás deve tomar medidas e adotar esforços inicialmente para:

B.1-) Adotar em seus plano de contingência indicações e determinações claras do tratamento e cuidado idêntico entre funcionários próprios e contratados, bem como a responsabilidade da cada um durante os eventos;

B.2-) Manter na linha de emergência, em especial coordenação e comando de equipes funcionários próprios, com maior grau de experiência e responsabilidade direta junto a Empresa;

B.3) Rever o processo de treinamento para terceirizados, com :

- Não permitir a cobrança ou desconto dos cursos preparatórios dos trabalhadores;
- Aumentar o período de treinamento para uma carga horária compatível com as necessidades e cenários que poderão ser enfrentados nas áreas embarcadas;
- Assumir diretamente a elaboração do conteúdo e forma dos cursos de Segurança, Saúde e Meio Ambiente, dando ênfase aos procedimentos em contingências, simulados, agentes agressivos, normas reguladoras do Ministério do Trabalho, normas ambientais, relações de trabalho entre funcionários próprios e contratados, etc;
- Gerar programas de treinamento seletivo nas atividades com maior risco ou perigosas, considerando-se áreas estatisticamente mais perigosas, inserindo o aprendizado dos acidentes no conteúdo dos cursos de atualização e de preparação;
- Criar curso de reciclagem e atualização, com menor duração, mas periodicidade de pelo menos uma vez ao ano;
- Não permitir que trabalhos eventuais ou de curta duração sejam executados por trabalhadores contratados sem o curso preparatório para atividades “off shore”;
- Treinar e reciclar os funcionários próprios com maior periodicidade, além de oferecer oportunidade de aperfeiçoamento e troca de conhecimento nas áreas de segurança e meio ambiente ;

B-4-) Aumentar o tempo de permanência ou a rotação de funcionários nas Empresas terceirizadas, adotando processos de estímulo , como acréscimo ou prêmios nos pagamentos as empresas que tiverem quadro funcional com maior experiência em atividades embarcadas, inclusive colocando esta característica como condição de requisito para demonstração de “capacidade técnica” na qualificação da contratação de empresas;

B-5-) Aumentar o quadro funcional próprio da Petrobrás, através de concurso publico imediato, com ênfase para as funções de chefia, coordenação, responsabilidade técnica e operacional e as envolvidas diretamente no plano de contingência que gerem responsabilidades diretas de conhecimento especializado para seu cumprimento.

B-6-) Assegurar maior participação e comunicação no processo de discussão e aprimoramento da terceirização, em especial para gerar garantias trabalhistas, qualificação e treinamento compatíveis com a função e homogenização de competências e direitos entre funcionários próprios e contratados;

B-7-) Em relação as atividades operacionais, adotar medidas já indicadas como:

- Melhorar a definição de responsabilidade no que tange a operação, manutenção e supervisão das áreas de produção, utilidades e controle da estabilidade;
- Rever as atribuições dos supervisores de modo a reduzir suas atividades burocráticas e concentrar o foco de sua atuação nas atividades operacionais, tais como operação em curso, alinhamento não rotineiro, inibição de alarme ou dispositivos de segurança, condução das operações cuja complexidade ou riscos exijam sua participação pessoal, etc;
- Rever o dimensionamento e aprimorar a capacidade da equipe própria, de modo a atender a complexidade das instalações e das operações envolvidas, o emprego de novas tecnologias, importância estratégica das instalações para o negócio da empresa e evitar o acúmulo de funções, garantindo a presença a bordo de equipe completa de supervisão com funcionários próprios;
- Remanejar pessoal ou transferir para outras atividades apenas com o devido treinamento e orientação prévia;

B-8-) Quanto ao quadro de pessoal embarcado, definir parâmetros claros sobre a capacidade ou necessidade de pessoal permanente e o limite de pessoal eventual, bem como os procedimentos para situações onde o quadro de pessoal eventual embarcado esteja em aplicação, conseqüentemente aumentando os riscos e com a implementação de metodologias de contingências diferenciadas;

B-9-) Nos aspectos levantados, deve ser destacado a Petrobras de que a mesma estabeleça limites claros para a terceirização de seus serviços, restritas às atividades não envolvidas diretamente com o processo de produção, manutenção e segurança, de forma a assegurar a perfeita formação de seus trabalhadores, assegurando a continuidade e segurança de suas atividades.

C-) Em relação a prevenção de acidentes e situações diversas ocorridas no acidente da P-36, deve ser observado que uma série de procedimentos já estão sendo revistos pela Empresa, necessitando ainda de maior integração entre os diversos departamentos, sistemática e equipamentos para maior proteção de dados e informações relevantes, revisão dos equipamentos de segurança adotados em especial os meios de abandono, além de melhorar a avaliação dos acidentes para que índices possam demonstrar o resultado das políticas e investimentos aplicados em Segurança, Saúde e Meio Ambiente;

C-1-) Rever a política de gerenciamento da empresa, com a retirada da meta de redução de acidentes para obtenção de promoções, mudança de nível e bônus, que vem induzindo a possibilidade da ausência de notificações de acidentes, em especial de pequena monta, o que compromete a atuação da prevenção e podem ocasionar futuros acidentes de grande magnitude como os indicados como causa do acidente da P-36;

C-2-) Diminuir a pressão de produção e metas de produção da Petrobrás, dando o mesmo prazo que é dado as demais empresas do setor para produzir, pesquisar e gerenciar seus campos de produção em águas profundas (alterar de 3 para 8 anos o prazo da Petrobrás);

C-3-) Priorizar atividades construtivas e de serviços especializados com empresas que as executem no Brasil, dando estímulo a geração de tecnologia e especialização de técnicos brasileiros, em especial nas questões de contingências, operação e obras;

C-4-) Rever a filosofia de segurança de modo que os painéis de controle não fiquem sobrecarregados de informações que não permitam sua avaliação por seu operador, gerando ainda programas de apoio que armazenem estas informações e disponibilizem as informações sistematizadas para que o operador consiga ter indicativos em tempo real que permitam a tomada de decisões preventivas;

C-5-) Dotar as unidades de produção de sistemas “on-line” com a central de informações em terra, para que todos os dados sejam mantidos em arquivo e não corram riscos de perda de dados, ou desenvolver pesquisa ou a instalação de sistemas que garantam a cópia permanente dos arquivos e seu resgate em acidentes;

C-6-) Rever o sistema de radio comunicação na plataforma, que não corresponde a necessidade de funcionar em todas as áreas de operação;

C-7-) Rever os procedimentos junto ao DAC – Departamento de Aviação Civil para vôos de emergência e vôos noturnos, permitindo operações mais ágeis;

C-8-) Que a Petrobrás respeite com rigor as etapas do processo de pré-operação de suas unidades, permitindo que passem a operar com 100% de certeza do cumprimento das exigências técnicas de segurança e respeito ao meio ambiente.

D-) Em relação a procedimentos e atividades diversas a Comissão indica ainda :

D-1-) Através de Projeto de Lei , alterar a Lei 5.811/72, que determina os regimes extraordinários no trabalho off-shore, visando reduzir a permanência dos trabalhadores embarcados de 15 para 10 dias, considerando-se os dados estatísticos de maior incidência de acidentes no período final de permanência embarcado, indicando dificuldade para ajustar o período de permanência de 15 dias com a capacidade emocional e operacional;

D-2-) Solicitar ao Ministério Público que investigue o correto procedimento de licenciamento para operação da Plataforma P-36 por parte dos órgãos responsáveis, em especial a ANP – Agência Nacional de Petróleo;

D-3-) Solicitar ao Ministério Público Federal e ao TCU – tribunal de Contas da União realização de investigação e auditoria sobre os contratos da Petrobrás com a Empresa Marítima para a construção de plataformas;

D-4-) Propor através da comissão, PFC – Proposta de Fiscalização e Controle, a ser implementada pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, com vistas a investigar os contratos da Petrobrás com a Empresa Marítima;

Na continuidade dos trabalhos da Comissão Externa, considerando-se a conclusão da fase de trabalhos concentrada no acidente da plataforma P-36, se propõe entre os trabalhos da Comissão a realização de Seminário com vistas a discutir e propor uma legislação brasileira para o trabalho “off-shore”, convidando para o debate todos os segmentos que hoje atuam no setor, como : trabalhadores petroleiros, marinha do Brasil, Petrobrás, Ministério do Meio Ambiente, Universidades, ANP, outras empresas que

operam plataformas e atividades “off-shore”, ministério público e sociedade em geral.

Em relação aos aspectos específicos envolvendo a política de pessoal e seu trabalho na plataforma, este relatório engloba o ANEXO elaborado pelo Deputado Federal Luiz Sérgio (PT-RJ), parte integrante da análise do acidente com a P-36.

Deve ser destacado ainda que como foram produzidos diversos relatórios, de caráter diverso, mesmo esta comissão tendo analisado e recebido informações de cunho técnico, as questões de detalhamento das condições e causas específicas do acidente não fazem parte detalhada deste relato, adotando-se as informações existentes nestes diversos documentos de conhecimento público. Neste aspecto é fundamental a urgente execução das recomendações do Item “A” , **gerando um documento único, consolidado e oficial de todas as entidades governamentais e empresas envolvidas sobre as causas e seqüência de eventos e procedimentos no acidente.**

A comissão na continuidade de seus trabalhos deverá de maneira comparativa observar a situação de toda atividade “off-shore” na bacia de campos, sendo recomendável ampliar estas investigações para as demais áreas de exploração e empresas, em função da abertura do mercado brasileiro e a entrada em operação de inúmeras outras empresas.

Sala da Comissão, em 27 de março de 2002.

DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY
COORDENADOR

DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO
RELATOR

ANEXO : Relatório Complementar “Aspectos da Situação de Pessoal da P-36” – Sub-relator Deputado federal Luiz Sérgio (PR-RJ)

ASPECTOS DA SITUAÇÃO DE PESSOAL EM P-36

1- QUANTIDADE DE PESSOAL

À época do acidente, a quantidade total de pessoas embarcadas em P-36 constituía a média que vinha embarcando nos dois últimos meses naquela unidade.

No dia 15 de março estavam embarcadas, em P-36, 175 pessoas. Destas, havia 38 trabalhadores da Petrobras, e mais 42 trabalhadores de contratadas da Petrobras, e estes 80 trabalhadores faziam parte do grupo regular de embarcados.

A equipe regular a bordo de P-36 era composta dos seguintes membros:

a) Pessoal Petrobras

1.1.1 Tabela 01

Função	Qt
Coordenador de Plataforma - COPLAT	1
Supervisor de Produção - SUPROD	1
Supervisor de Facilidades – SUFAC	1
Operadores da planta de processo	12
Operadores de Facilidades, Lastro e Manutenção	16
Técnicos de Segurança	2
Supridor (almoxarife)	1
Técnico de Inspeção	1
Técnico de Construção e Montagem	1
Técnicos de Turbomáquinas	2
1.1.1.1 Total Petrobras – 38 pessoas	

Fonte: Lista Oficial de Embarcados em P-36 em 15/03/2001.

b) Pessoal Contratado

1.1.2 Tabela 02

Função	Qt
1.1.2.1.1.1.1 Equipe de hotelaria	18
Equipe de caldeiraria e movimentação de carga	11
Marítimos da bandeira italiana	4
Operadores de rádio	2
Guindasteiros	2

Função	Qt
Analista de petróleo	1
Mestre de cabotagem	1
Técnico de enfermagem	1
Mecânico	1
Instrumentista	1
1.1.2.2 Total contratado – 42 pessoas	

Fonte: Lista Oficial de Embarcados em P-36 em 15/03/2001.

Além da equipe regular, encontravam-se a bordo mais 95 pessoas – 7 empregados da Petrobras e 88 de empresas contratadas – executando serviços temporários. A lista completa desse efetivo extra encontra-se a seguir:

1.1.2.2.1 Tabela 03

Origem	Lotação	Função	Qt
Petrobras	UN-BC/ST/EIS	Estagiário de Engenharia	1
Petrobras	UN-BC/ATP-MRL	Reinstalação de bomba de <i>Sea Water</i>	1
Petrobras	ENGENHARIA	Fiscalização de serviços de pintura	1
Petrobras	ENGENHARIA	Partida do compressor <i>booster</i>	2
Petrobras	SERTEL VI	Instalação do GMDSS	1
Petrobras	E&P-SSE/SC-ESUB	Inspeção de Mergulho	1
Contratada	ULTRATEC	Serviços de construção e montagem	7
Contratada	GE	Serviços nos TGs	3
Contratada	C.S.E.	Serviços no compressor <i>booster</i>	2
Contratada	RIDOW	Serviços no compressor <i>booster</i>	4
Contratada	COOPERTEC	Implementação do sistema RAST	1
Contratada	COPPE	Análises de vibração dos TCs	1
Contratada	DAWNSTEC	Serviços de mecânica	2
Contratada	INST.MEC.LTDA	Serviços de mecânica	1
Contratada	DOULOS	Serviços de inventário do almoxarifado	1
Contratada	FLUXO/ROTORK	Substituição de atuadores de válvulas	5
Contratada	TRIDENT	Substituição de atuadores de válvulas	3
Contratada	PROSENGE	Serviços de Pintura	33
Contratada	CONTINENTAL	Serviços de mergulho	7
Contratada	SETIN	Serviços de Instrumentação	2
Contratada	SIGMA	Retirada de equipamentos - final de contrato	12
Contratada	SULZER	Reinstalação de bomba de <i>Sea Water</i>	3
Contratada	UNIWAY	Substituição do Servidor de Rede	1

Fonte: Lista Oficial de Embarcados em P-36 em 15/03/2001.

De acordo com alguns dos entrevistados, e a partir da evidência apontada na lista regular de pessoal da plataforma, foi necessário à gerência de EP-BC, e posteriormente à gerência da UN-RIO, recorrer ao pessoal de outras áreas e/ou unidades da Petrobras, não necessariamente oriundos da Produção, para completar e suprir parcela significativa de mão-de-obra da P-36. E, ainda assim, como se pode deduzir das declarações de vários entrevistados a respeito do tema, havia carência de pessoal. A começar pelo próprio cargo de Coplat, o mais elevado na hierarquia no interior de uma plataforma. Constata-se facilmente, tendo por fonte os próprios Boletins Diários de Produção-BDP's- uma significativa quantidade de interinidades, com o Coplat titular ausente, o Suprod-supervisor de produção- substituindo-o e acumulando funções, um operador mais experiente cobrindo parte das funções do Suprod, e assim por diante, em um efeito “dominó” perverso e de risco para toda a unidade. **Estamos diante de uma clara situação sobre a qual cabe direta responsabilidade gerencial.**

Possivelmente tal situação decorre, entre outros aspectos, dos onze anos sem concurso para contratação de pessoal de nível médio para a área de produção da Bacia de Campos. Neste período, a Bacia dobrou a produção, passando da média anual de 405.568 barris/dia em 1990 para os atuais 980.000 barris/dia, em média. O número de unidades operando e produzindo, neste espaço de tempo, passou de 22 para, atualmente, 38 unidades. Pois nestes onze anos, com todo este incremento de produção e de unidades operando, a Bacia de Campos segue com os mesmos 7.000 técnicos, por incrível que possa parecer. **Como explicar que, neste intervalo de tempo, outras áreas da Petrobras tenham feito concurso para admissão de pessoal, e justamente a área que mais cresce não tenha tido um único concurso para técnicos de nível médio ? Como a gerência pode esclarecer esta questão?**

Nas áreas mais vinculadas à manutenção, notadamente na mecânica, na instrumentação e na elétrica, a necessidade de pessoal era maior, relatam alguns entrevistados. Esta carência decorria principalmente do fato de que a “equipe de dia”, em P-36, estava também dedicada a acompanhar o comissionamento e pré-operação de equipamentos tais como turbo-compressores e turbo-geradores, além de outras obras que deveriam ter sido concluídas em canteiro. Paralelamente a este fato, a conclusão dessas obras resultava em uma maior lotação a bordo. A tabela a seguir, criada a partir dos dados da Tabela 03, indica a situação:

1.1.2.2.1.1 Tabela 04

Atividade	Quantidade de pessoal a bordo
Manutenção corretiva	13
Conclusão de obra/equipamento	66
Manutenção de rotina	03

Fonte: Lista Oficial de Embarcados em P-36 em 15/03/2001.

Como se observa, 66 vagas da plataforma estavam ocupadas com pessoal envolvido, de alguma forma, com a conclusão de alguma obra ou comissionamento de equipamento. As atividades de manutenção regulares, preventivas e preditivas, ficavam relegadas a um segundo plano, pois: i) não havia espaço a bordo para se ter uma equipe de manutenção contratada. ii) quando havia técnicos contratados a bordo, podia-se observar que lhes faltava uma maior capacitação, sendo encaminhados a eles os serviços de menor complexidade. As rotinas de preventivas eram precárias. A precariedade da manutenção acabou se refletindo no acidente. A bomba de drenagem do Tanque de Drenagem de Emergência/boreste/popa, embora nova e com pouca utilização, apresentou problema a ponto de não poder ser reparada na plataforma, e ir para terra. **Quem foi responsável pela aquisição desta bomba ? E quem era responsável pela escassa rotina de manutenções ?**

Quanto ao pessoal da operação, as manobras que fugissem da rotina, durante o turno da noite, eram evitadas, em parte por questão de segurança, em parte pela redução do pessoal do grupo da noite, deslocado para ajudar nas tarefas diárias relacionadas ao comissionamento de equipamentos. O grupo-III por exemplo, um dos dois que estavam a bordo na noite do acidente, trabalhava com dois operadores na sala de controle, e mais três na área de processo, cuidando da parte de óleo e gás. Mesmo durante o dia havia, muitas vezes, dificuldades para encaminhamento dos trabalhos, no relato de alguns dos entrevistados. “A corda trabalhava esticada”, comentou um deles. Relatam ainda, alguns dos entrevistados, que a situação de pessoal, em termos de quantidade, tendia a piorar, visto que a unidade estava somente com a metade da produção prevista, e ainda havia equipamentos em fase de condicionamento para posterior entrada em operação, caso do sistema de compressão de gás, com os três compressores disponíveis, os turbo-geradores, a unidade de glicol, e a torre desaeradora. A situação poderia “passar dos limites”, relata um dos entrevistados, quando a plataforma atingisse a produção plena. Para outro dos entrevistados, “a equipe deveria ser dimensionada quando da entrada dos demais sistemas”.

A vinda de pessoal de outras áreas e unidades para a P-36, que, numa parcela dos casos, não tinha a vivência de um ambiente de produção em plataforma marítima de grande porte, gerava situações de desnivelamento quanto à experiência operacional que, não tendo sido corrigido antes da entrada em operação da unidade, só estava sendo suprimido com o desenrolar das rotinas na plataforma. A quem coube a responsabilidade de autorizar a plataforma a entrar em operação com esta precariedade e desnível na formação de pessoal ? E como explicar esta prática temerária, em uma empresa do porte da Petrobras ?

2-TERCEIRIZAÇÃO

A Petrobras contrata serviços junto a empresas especializadas que operam nos mercados onde ela desenvolve suas atividades empresariais. Com base nessa filosofia corporativa, as práticas de contratação de serviços na Petrobras são condicionadas e diferenciadas por alguns aspectos relevantes, tais como a natureza e o nível de especialização exigido pelas atividades contratáveis e as disponibilidades dos mercados locais de prestação de serviços.

As atividades de trabalho normalmente existentes nas plataformas semi-submersíveis podem ser classificadas em cinco grupos: segurança industrial, operação de produção, operação de facilidades (manutenção industrial, movimentação de cargas, utilidades industriais), operação de lastro e serviços de apoio (atendimento médico, hotelaria marítima, comunicação, limpeza industrial). Além de equipes executando essas atividades, na P-36 havia, no dia do acidente, equipes de montagem industrial e equipes fazendo comissionamento de equipamentos, em nome de seus fabricantes ou vendedores.

Na P-36 eram executadas por empregados da Petrobras todas as atividades de segurança industrial, operação de produção, operação de lastro, e pequena parte das atividades de manutenção industrial. Os serviços de apoio eram integralmente contratados.

As entrevistas realizadas com integrantes da equipe da P-36 revelaram que planejava-se adotar a contratação de serviços - por meio de contratos de longa duração - como alternativa para atenuar as deficiências quantitativas e qualitativas nas equipes de instrumentação, mecânica, eletrônica e elétrica.

A precariedade de manutenções preventivas é realçada quando se nota, na lista de embarcados na plataforma à época do acidente, somente dois técnicos, um para a área mecânica, e outro para instrumentação (Tabela 02).

Até o início da década de 90, as atividades de manutenção nas plataformas eram feitas, na maioria dos casos, ou coordenadas, em algumas situações, pelo pessoal próprio da Petrobras. Com o progressivo aumento de atividades terceirizadas, e com a introdução do conceito de “operador mantenedor”, a deficiência de realização de manutenções preventivas e programadas tornou-se significativa na P-36. Tal situação pode ser extrapolada em muitas unidades da Bacia de Campos. As equipes de manutenção são terceirizadas, não têm o mesmo nível que tinham as equipes próprias da Petrobras, e ainda ficam sem supervisão adequada, por conta do “operador mantenedor” assoberbado com outras tarefas, e que não tem tempo para um acompanhamento mais eficiente das tarefas desenvolvidas na área da manutenção.

3- QUALIFICAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PESSOAL

Consequência dos desequilíbrios listados anteriormente, no que concerne à formação do grupo que viria a operar a plataforma, a situação do pessoal de P-36, em termos de treinamento e qualificação, era caracterizada pela “desigualdade”, no relato de alguns dos entrevistados.

O pessoal da operação de P-36 dividia-se em dois grupos, sendo um vinculado à produção e supervisionado por um Suprod, e outro ligado às facilidades, sob a supervisão de um Sufac. Como era uma unidade semi-submersível, a plataforma tinha pessoal voltado para a área de lastro, que era vinculado ao Sufac.

Havia, por um lado, um grupo já bastante experiente nas atividades de produção, bem como em outras rotinas que fazem parte do cotidiano de uma plataforma. Este grupo, menor, era integrado por aqueles que acompanharam a plataforma desde as modificações realizadas em canteiro, no Canadá.

De outro lado, havia uma parcela de pessoal que estava acumulando experiência a partir do trabalho junto ao grupo com maior volume de conhecimento das tarefas de uma plataforma de grande porte. Segundo um dos relatos, estes trabalhadores estavam em fase de “desenvolvimento”. Neste caso encontram-se não só aqueles incorporados à P-36 quando de sua chegada à Baía de Guanabara, como também outros que, só mais recentemente, vieram integrá-la.

No caso do pessoal mais vinculado às atividades de produção, o desnível era acentuado pelo fato de, mesmo vindos de outras áreas, os operadores estarem pouco familiarizados com a produção em unidade de grande porte. Os manuais de operações de óleo e gás, devidamente traduzido para a língua portuguesa, constituíam auxílio que atenuava a situação para os operadores da área.

Já os operadores ligados às atividades de lastro tinham, segundo relatos nas entrevistas, deficiências de formação. **Há sete anos, segundo um dos entrevistados, que trabalhava diretamente no lastro, não havia cursos de atualização e reciclagem. Quando muito, segundo comenta, participou de uma atividade do tipo “workshop”, de um dia, em Macaé, para discutir casos de problemas ocorridos na área de lastro. A plataforma não tinha manuais de operação de lastro traduzidos para língua portuguesa, um complicador a mais no processo de formação e informação do pessoal de lastro. Outro entrevistado comenta que o pessoal ligado ao lastro não tem mais o “suporte técnico” que existia até 1995, em virtude de ter sido extinto o setor de apoio que fazia este papel. Com a reestruturação da empresa, e a extinção deste setor, não houve outro que pudesse substituí-lo, ou sucedê-lo.**

O pessoal da área de lastro é vinculado e subordinado ao Sufac. Em muitas unidades da Bacia, esta é a disposição encontrada buscando harmonizar duas áreas que, de fato, guardam muitas distinções. Os relatos dos entrevistados da P-36 indicam que tal distinção nunca deixou de existir. As

entrevistas mostram que o pessoal do lastro cuidava dos lastro, e as utilidades do restante que lhe era afim(parte elétrica, suprimento de água potável, entre outros). Não por acaso, o pessoal ligado ao lastro era conhecido como “grupo dos operadores de lastro”. Na madrugada do dia 15 de março, enquanto a equipe a bordo lutava na tentativa de salvar a plataforma, pode-se observar, pelos relatos apurados pela Comissão, que o Sufac cuidava da parte dos trabalhos que é sua especialidade, enquanto o operador com experiência em lastro encaminhava sua parte, e se reportava diretamente ao Coplat. Pelas indagações feitas aos entrevistados ligados à área de facilidades, nota-se que os mais vinculados ao lastro pouco sabiam dos equipamentos das facilidades, assim como os ligados a esta pouco, ou nada , conheciam daquele.

As entrevistas apontam que havia confusão sobre as responsabilidades que cabiam a cada equipe (produção e facilidades, nestas incluído o lastro),no que concerne aos sistemas nos quais havia interligações entre vasos ou equipamentos do processo e aqueles chamados “navais”. Tal situação fazia com que não houvesse limites claramente estabelecidos de atribuições para operações nesses equipamentos. Particularmente com relação aos vasos existentes na coluna de popa/boreste (Waste Oil Tank e Tanque de Drenagem de Emergência), esta indefinição era patente. Estes vasos situavam-se, do ponto-de-vista operacional, na interface entre os sistemas de drenos navais e o sistema de produção.

4-CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:

A análise dos vários aspectos vinculados às questões de pessoal na plataforma P-36, particularmente aqueles comentados neste capítulo, no que se refere à política de terceirizações, ao quantitativo de pessoal, ao treinamento do pessoal embarcado, às desigualdades indicadas entre o pessoal da plataforma, e à qualificação e adequação do pessoal a bordo, todos estes quesitos nos levam a fazer as recomendações seguintes:

- Retomada, por parte da Petrobras, dos concursos para recrutamento de pessoal técnico de nível médio, particularmente para as áreas de manutenção mecânica, elétrica, eletrônica e instrumentação, bem como operação.
- Reestruturação da política de treinamento de pessoal das plataformas, com ênfase, no caso das unidades semi-submersíveis e navios do tipo “FPSO” e “FSO”, no treinamento do pessoal de lastro.
- Medidas efetivas que evitem a interinidade, com a consequente sobrecarga de pessoal.
- Implantar, em prazo de até 90 dias, os procedimentos de certificação da capacitação de operadores de lastro na área de abrangência das Unidades de Negócios que necessitem desses profissionais.

- Reavaliação da prática de unificação de atividades das áreas de lastro e facilidades, que na configuração atual colocam o lastro subordinado às facilidades.
- Criação de núcleo de apoio técnico ao pessoal de lastro em Macaé.
- Não-contratação de mão-de-obra para execução de serviços que abarquem as atividades e conhecimentos considerados essenciais para a preservação da capacidade técnica, competitiva e da segurança das pessoas e instalações da Petrobras.
- Intensificar a prática de cursos de reciclagem profissional que levem em conta, além das rotinas operacionais, as situações de anormalidade e risco nas operações.
- Mudança na prática hoje adotada de encaminhamento de uma plataforma, para sua locação de operação, ainda com pendências de obras e comissionamento de equipamentos, tal como se anida fosse um “canteiro de obras”. As pendências devem ser concluídas ainda com a unidade no canteiro.
- Tornar obrigatório que as plataformas disponibilizem para seu pessoal, antes da entrada em operação, devidamente traduzidos para a língua portuguesa, os manuais de operações dos diversos sistemas nela encontrados, bem como dos equipamentos que os compõem.
- No caso das unidades (plataformas ou navios) já em operação, verificar e, onde couber, fazer com que as mesmas encaminhem as providências do tópico anterior.
- No caso das unidades em fase de construção, ou modificação, deve ser assegurado que o grupo integrante desta unidade esteja acompanhando-a em todas as fases de atividades, desde o canteiro.
- No caso de técnicos que venham de outras áreas ou setores, para atuar em uma unidade que já esteja em operação, deverão estes profissionais cumprir treinamento das atividades operacionais relacionadas à rotina daquela plataforma, por um período mínimo de seis meses, com cronograma para acompanhamento do treinamento, sem assumir responsabilidades quanto a operações efetuadas, e monitorados pelo pessoal mais experiente de bordo.
- Estabelecer procedimentos de discussão, encaminhamento e ampla divulgação, entre os efetivos de uma plataforma, de modificações que envolvam, no todo ou em parte, qualquer sistema ou equipamento ligado, direta ou indiretamente ao processamento de petróleo e gás.

Sala das Comissões em, 27 de março de 2002.

**DEPUTADO LUIZ SERGIO
PT-RJ**